



A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o convênio n° 06/2019 celebrado com Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, torna público que estão abertas as inscrições para seleção e formação de cadastro de reserva de estudantes de nível superior do curso de graduação em Direito para atuarem junto à Defensoria Pública do Estado da Paraíba – Núcleo Regional de Atendimento de Cajazeiras/PB – no programa de estágio nas modalidades não-obrigatório (remunerado), com base na Lei Federal n° 11.788, de 25 de setembro de 2008, nos seguintes termos:

1. DOS REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO

1.1. Serão aceitas inscrições de candidatos(as) que estejam matriculados(as) no curso de Direito a partir do 5° (quinto) período, desde que, ao serem convocados(as) para a vaga, estejam cursando ou já tenham cursado o 7° (sétimo) período, bem como, ao menos, 1 (uma) disciplina de prática jurídica.

2. DAS VAGAS

2.1. Serão ofertadas, de imediato, 2 (duas) vagas e cadastro reserva para estágio não-obrigatório (remunerado) em Direito, sendo exigido do(a) candidato(a) ter cursado ou estar cursando a disciplina de prática jurídica, bem como o 7° (sétimo) período do curso.

2.2. Ficam reservadas 10% (dez por cento) do total de vagas para estudantes com deficiência desde que haja compatibilidade com as atribuições das atividades a serem desenvolvidas no estágio.

2.3. Ficam reservadas 20% (vinte por cento) do total de vagas para estudantes negros, 2% (dois por cento) para indígenas, 1% (um por cento) para quilombolas, e 1% (um por cento) para candidatos(as) das demais comunidades tradicionais, assim considerados segundo declaração expressa de autoidentificação, nos termos da Resolução 066/2021 do



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Paraíba.

2.4. No caso de não haver candidato(a) para as vagas reservadas dos parágrafos anteriores, a vaga poderá ser preenchida por qualquer candidato(a).

2.5. A aprovação no processo seletivo fora do número de vagas não gera direito subjetivo à convocação.

2.6. A convocação dar-se-á em consonância com os discricionários critérios de conveniência e oportunidade da Defensoria Pública do Estado da Paraíba.

2.7. A ordem de classificação não gera direito de preferência à atuação em determinada área, cuja escolha incumbe única e exclusivamente à Defensoria Pública.

3. DA CARGA HORÁRIA

3.1. Ao estágio não-obrigatório (remunerado) da Defensoria Pública do Estado da Paraíba se exige cumprimento de carga horária de 4 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, a serem cumpridas no **turno da manhã** no horário de funcionamento do órgão .

4. DA BOLSA ESTÁGIO

4.1. O exercício do estágio na modalidade remunerada gera direito ao recebimento mensal de bolsa de incentivo de acordo com as horas estagiadas mensalmente, no valor de **R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais)**.

5. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

5.1. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano.

5.2. Possibilita-se à Defensoria Pública do Estado da Paraíba prorrogar o processo



seletivo por igual período.

5.3. Será respeitada, para a admissão, a ordem de classificação final e os(as) demais aprovados(as) formarão cadastro de reserva para eventual(ais) vaga(s) que surgirem no prazo de validade do certame.

6. DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO E DAS ATIVIDADES

6.1. O(A) estagiário(a) desempenhará atividades tais como atendimento ao público; triagens; análise de documentações; peticionamento diversos; consultas e análises processuais; elaboração de petições iniciais, minutas, defesas, recursos, etc.; bem como demais atividades típicas do estágio jurídico.

6.2. O estágio terá duração de 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do Termo de Compromisso, prorrogável por igual período, até o máximo de 2 (dois) anos.

6.3. O estágio será automaticamente cessado com a conclusão de curso, considerada esta como o dia da colação de grau, caso esta ocorra antes do término do contrato fixado conforme item 6.1.

6.4. O desligamento do estágio ocorrerá:

- a) automaticamente, ao término do prazo acordado;
- b) pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de 5 (cinco) dias, consecutivos ou não, no período de 1 (um) mês, ou por 30 (trinta) dias durante a vigência anual do Termo de Compromisso;
- c) a pedido, de acordo com o termo de desistência firmado pelo estagiário;
- d) a qualquer tempo, a critério da Defensoria Pública do Estado da Paraíba;
- e) pelo descumprimento das condições do Termo de Compromisso por parte do estagiário.

6.5. O pagamento da bolsa de incentivo será suspenso a partir da data do desligamento do(a) estagiário(a), qualquer que seja a causa.



6.6. O tempo de estágio na Defensoria Pública do Estado é considerado serviço público relevante e contabilizado como prática forense, conforme artigo 145, §3º, da Lei Complementar nº 80/94.

7. DAS INSCRIÇÕES

7.1. As inscrições serão recebidas através de *e-mail* (giliard.c.targino@ufcg.edu.br), **entre os dias 03 e 07 de outubro de 2022.**

7.2. No ato da inscrição, o(a) candidato(a) ou procurador(a) – munido(a) de procuração com poderes especiais e firma reconhecida - deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) declaração da instituição de ensino de que está cursando o curso de Direito de forma efetiva e regular e o respectivo período, bem assim a comprovação de que cursou ou está cursando a disciplina de prática jurídica;
- b) cópia de documento de identificação oficial com foto;
- c) comprovante de residência;
- d) declaração de que é deficiente ou negro, indígena, quilombola ou membro de outra comunidade tradicional, caso assim se identifique;
- e) documento oficial da instituição de ensino que indique o coeficiente de rendimento acadêmico (CRA).

7.3. Não será permitida a inscrição no certame mediante pendência de documentação.

7.4. O pedido de inscrição implicará aceitação, pelo(a) candidato(a), de todas as normas e condições do Edital.

7.5. O preenchimento das informações constantes no formulário de inscrição é de inteira responsabilidade do(a) candidata(a), ainda que a inscrição seja realizada por meio de procurador(a), cabendo-lhe mantê-las atualizadas junto à Defensoria Pública do Estado da Paraíba durante o período de validade do certame.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

7.6. Para concorrer à vaga reservada a portadores de deficiência, o(a) candidato(a) deverá fazer sua opção no formulário de inscrição e apresentar declaração médica atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência.

7.7. Para concorrer à vaga reservada a candidatos(as) negros(as), indígenas, quilombolas ou membros de outra comunidade tradicional, o(a) candidato(a) deverá fazer sua opção no formulário de inscrição, mediante declaração expressa de autoidentificação.

7.8. A inscrição será gratuita.

7.9. Somente participarão do processo seletivo os(as) candidatos(as) inscritos(as).

8. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO

8.1. O processo seletivo compreenderá uma etapa de caráter eliminatório e classificatório, a partir da análise da ordem decrescente dos coeficientes de rendimento acadêmico dos(as) candidatos(as) inscritos(as), considerando-se, assim, melhores colocados os(as) candidatos(as) com os coeficientes de rendimento mais altos.

9. DAS NOTAS, DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DO DESEMPATE

9.1. A classificação final, em ordem decrescente, se dará conforme a ordem decrescente dos coeficientes de rendimento;

9.2. São critérios de desempate, nesta ordem:

- a) matrícula em semestre menos avançado (mais distante da conclusão do curso);
- b) a idade mais avançada.

9.3. O resultado final será divulgado no *site* da Defensoria Pública do Estado da



Paraíba e no site da UFCG.

9.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção.

10. DOS RECURSOS

10.1. Será admitido recurso, dirigido à Comissão de Seleção, contra as disposições do edital, ao resultado definitivo e a eventuais erros materiais.

10.2. O recurso deverá ser dirigido e protocolizado na Coordenação do Curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

10.3. A comissão de seleção divulgará por meio de edital os resultados dos recursos, com as alterações de disposições do edital, gabarito, notas e classificação porventura retificados.

10.4. Não cabe recurso de julgamento proferido pela Comissão de Seleção.

11. DA ADMISSÃO

11.1. A convocação observará rigorosamente a ordem de classificação;

11.2. O(A) estudante convocado(a) deverá se apresentar à Defensoria Pública desta cidade, no prazo que lhe for assinado no ato de convocação, para assinar termo de compromisso, sob pena de restar inválida sua admissão.

11.3. A contratação para estágio remunerado somente ocorrerá a partir do **7º (sétimo) período**, nos termos do art. 145, da LC nº 80/94.

11.4. Em caso de aprovação antes do período mínimo para admissão, ficará o(a) candidato(a) em cadastro de reserva, sem prejuízo de sua posição na lista de aprovados.

11.5. O(A) candidato(a) deverá ter disponibilidade para comparecimento no Núcleo



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DA PARAÍBA**

Regional da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, com sede em Cajazeiras/PB, no **horário matutino**, para desempenhar suas atividades, durante os dias a serem determinados pela coordenação do referido Núcleo.

11.6. Não será admitido(a) candidato(a) que esteja cursando matéria no período matutino, exceto em casos extraordinários e desde que previamente autorizados pela coordenação do Núcleo.

11.7. Não é permitida a contratação de pessoas já formadas no curso de Direito.

11.8. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cajazeiras/PB. 28 de Setembro de 2022.

ALINE MOTA DE OLIVEIRA

[assinado eletronicamente]

Defensora Pública

Coordenadora do Núcleo Regional de Atendimento da DPE/PB em Cajazeiras

CLAYVNER CAVALCANTI DE MAGALHÃES MAURICIO

[assinado eletronicamente]

Defensor Público

Membro da Comissão Organizadora